



MZ ADVOCACIA<sup>®</sup>

# INFORMATIVO JURÍDICO —

EDIÇÃO 170  
JULHO 2024

## Novas Linhas de Crédito para Micro e Pequenas Empresas no Rio Grande do Sul: Oportunidades para a Recuperação Econômica

Nos últimos meses, o Rio Grande do Sul enfrentou uma das crises naturais mais devastadoras de sua história recente. As intensas enchentes de abril e maio causaram estragos profundos, afetando severamente a infraestrutura e o setor empresarial local. Muitas ruas ficaram inundadas, propriedades foram destruídas e negócios foram paralisados, evidenciando a necessidade urgente de uma resposta eficaz.

Diante desse cenário desafiador, o governo do Estado, em parceria com o Banrisul, lançou uma nova linha de crédito para apoiar a recuperação de microempreendedores individuais (MEIs), microempresas e empresas de pequeno porte afetadas. Denominada Pronampe Gaúcho, essa iniciativa destinará R\$ 250 milhões em financiamentos, sendo que R\$ 100 milhões (40% do total) serão subsidiados pelo Estado.

O Pronampe Gaúcho foi projetado para facilitar a recuperação de aproximadamente 14 mil empresas gaúchas, oferecendo uma concessão rápida e desburocratizada. As empresas afetadas poderão acessar o financiamento até o final deste ano, desde que atendam a certos requisitos: ter matriz ou filial em municípios afetados pelas enchentes e estar localizadas em áreas identificadas pelo sistema de mapeamento de áreas atingidas (MUP RS), cuja versão pública foi recentemente divulgada. Adicionalmente, as empresas devem estar ativas e operando antes de 24 de abril de 2024.

Os valores máximos de crédito são de R\$ 3 mil para MEIs e R\$ 150 mil para outros empreendimentos. Os encargos financeiros serão limitados a 1,35% ao mês, com o subsídio estadual cobrindo 40% do valor da operação. Assim, o empreendedor que

mantiver os pagamentos em dia pagará, ao final do financiamento, no máximo o valor original do empréstimo. O prazo para pagamento é de 60 meses, com um período de carência de um ano, durante o qual não há desembolso.

O presidente do Banrisul ressaltou que a nova linha de crédito surge em resposta à insuficiência de recursos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) federal, que não atendeu plenamente a demanda dos pequenos empreendedores. A iniciativa estadual visa preencher essa lacuna e oferecer um suporte mais robusto para negócios familiares e essenciais para a economia local.

A Secretaria da Fazenda (Sefaz) revelou que os negócios menores foram duramente impactados pelas enchentes, com 21% das empresas do Simples Nacional em áreas alagadas operando a menos de 30% de sua capacidade normal até 2 de julho. No estado como um todo, 10% das empresas estavam com desempenho reduzido, representando mais de 7 mil negócios.

Para obter mais informações sobre como acessar essas linhas de crédito e os requisitos necessários, entre em contato conosco. Estamos à disposição para ajudar você a aproveitar essa oportunidade de recuperação e fortalecer seu negócio.



**Vitória Lopes**

OAB 120.623

Advogada Associada MZ Advocacia

vitoria@mzadvocacia.com.br

## Receita Federal identifica 2.239 empresas usando Perse sem serem habilitadas

A Receita Federal informou nesta terça-feira que identificou 2.239 empresas que usam o incentivo fiscal do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) sem que o Fisco tenha registrado pedidos de habilitação para o benefício.

De acordo com a Receita, essas companhias foram alertadas sobre a necessidade de cumprimento do requisito até sexta-feira.

“O uso indevido do benefício concedido no âmbito do Perse na apuração de tributos será apreciado por área técnica desta Secretaria e poderá implicar autuação, com lançamento de multa de ofício”, informou a Receita.

A identificação dos casos possivelmente irregu-

lares ocorreu por meio de declaração das próprias empresas, após o Fisco estabelecer um prazo para que os beneficiados prestassem informações que comprovassem o direito ao incentivo.

A Receita ressaltou que 7.435 pedidos para utilização do benefício do Perse já foram aprovados.

O governo chegou a negociar o fim do Perse, criado durante a pandemia de Covid-19 para socorrer o setor de eventos, mas o programa acabou prorrogado com custo total limitado a 15 bilhões de reais.

---

Fonte: Terra

## Empresas de TI pagarão 312% a mais em impostos após reforma

Um ponto de atenção na regulamentação da reforma tributária é o Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Somente as empresas de tecnologia poderão enfrentar um aumento de mais de 300% na alíquota do IVA. Considerando a proposição do Projeto de Lei Complementar 68/2024, estima-se que as empresas de Tecnologia de Informação passem de uma alíquota de 8,65% para 27%, um aumento de 312%. Os cálculos foram apresentados durante encontro, liderado pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado (Fecomércio RN) e que reuniu representantes das principais fe-

derações do setor produtivo do Rio Grande do Norte, senadores e deputados federais para debater os impactos da reforma.

Também há possibilidade de aumento de carga tributária para as empresas do Simples Nacional no setor de serviços. Um estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) mostrou que pode ocorrer um aumento superior a 100% na alíquota para diversos segmentos: atividades recreativas e culturais (+ 171%); serviços pessoais (+ 160%); seleção, agenciamento e locação de mão de obra (+157%); serviços de alojamento

(+153%); serviços para edifícios e atividades paisagísticas (+145%); e atividades ligadas ao transporte de valores, investigação, vigilância e segurança (+136%).

No encontro, que ocorreu no Hotel Escola Barreira Roxa, na manhã de segunda-feira (29), o setor produtivo destacou as principais preocupações com o texto da reforma e um eventual impacto para pequenas e microempresas, com significativa perda de competitividade. O presidente da Fecomércio-RN, Marcelo Queiroz, diz que o possível aumento de impostos é a principal queixa do setor produtivo.

“Pelo que está sendo discutido no Congresso, estamos percebendo que haverá um aumento de impostos para todos os setores, principalmente para as micro e pequenas empresas. Por isso, que nós fizemos essa reunião, com toda a bancada federal e presidentes das instituições para mostrar com dados técnicos sobre os resultados das reformas. É um momento de conversar e mostrar nossas dificuldades”, comenta.

Felipe Tavares, economista-chefe da CNC, destacou a necessidade de ajustes na proposta de regulamentação da reforma tributária para aliviar a pressão no fluxo de caixa das empresas. “O principal ponto de preocupação é o mecanismo de split payment, onde os créditos só serão dados com a comprovação do pagamento da etapa anterior. Isso pode gerar uma pressão significativa no fluxo de caixa das empresas, especialmente as micro e pequenas do setor de TI”, explicou Tavares.

“Uma das promessas que a reforma trouxe era de simplificar o sistema, gerando neutralidade, ou seja, sem aumento de carga. A simplicidade foi dada, conseguimos melhorar nisso, porém a neutralidade nós perdemos a batalha porque haverá aumento da carga tributária”, explica o economista.

Outra preocupação, aponta Tavares, é que as



pequenas empresas perderão competitividade se o projeto continuar do jeito que está. “As MPES perderão esse diferencial competitivo, pois uma grande empresa que tem uma micro ou pequena empresa como fornecedora de serviços ou produtos não poderá gerar os créditos que beneficiam os grandes empreendimentos”, explicou Felipe Tavares. “A gente precisa sensibilizar os senadores sobre alguns desses pontos”, argumenta economista-chefe da CNC.

O presidente do Sistema Fecomércio RN, Marcelo Queiroz, ressaltou a importância do debate para o desenvolvimento econômico do Estado e do país. “Tivemos esse encontro justamente com uma palestra técnica para que o tema seja apresentado aos parlamentares de forma clara. Mostramos as dificuldades das microempresas, principalmente do setor de TI, que é um segmento crucial para a inovação e novos processos no Brasil. Nosso objetivo é ouvir as promessas dos parlamentares e trabalhar para uma Reforma que beneficie todos os setores”, afirmou Queiroz.

Representantes de diversas federações, incluindo a Federação das Indústrias (Fiern), Federação da Agricultura e Pecuária (Faern), Federação das Empresas de Transporte de Passageiros (Fetronor), Federação das Associações Comerciais (Facern), Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL RN), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae RN), Instituto Metr pole Di-

gital e Parque Metr pole, também estiveram presentes para discutir as regulamentac es propostas pelo Projeto de Lei Complementar 68/2024.

### **IMD alerta para impactos no Parque Tecnológico**

Ao falar sobre o setor de Tecnologia da Informac o, o diretor-geral do Instituto Metr pole Digital (IMD), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), José Ivonildo Rêgo, disse que o cenário tem gerado grande preocupac o, no setor, que   crucial para o desenvolvimento econ mico regional.

“Nós estamos buscando entender o impacto. Há uma preocupac o no setor de TI com alguns aspectos, como a questão do Simples. A reforma desestimula as empresas com Simples e nós temos um grande número de empresas que usa o Simples. O segundo ponto   a cobrança de imposto no destino, isso pode levar uma perda que a gente precisa ver formas de compensac o. As empresas do nosso parque têm isen o tributária e com a reforma esses incentivos v o desaparecer”, destaca Rego.

Para Ivonildo Rêgo, o segmento de TI se desta-

ca pela gera o de emprego e renda. Ele enfatiza a importância da tecnologia da informa o para a economia do conhecimento e os desafios que podem ser enfrentados pelo Parque Tecnológico em Natal, caso a Reforma seja apresentada como está.

“Temos um parque tecnológico que reúne 150 empresas e emprega 3 mil pessoas. Estamos planejando crescer para 200 empresas e 5 mil empregos nos próximos quatro anos. A Reforma Tributária precisa considerar os incentivos fiscais que foram essenciais para estruturar esse parque”, destacou Rêgo.

Já o presidente da Federa o da Agricultura e Pecuária (Faern), José Vieira, diz que o setor rural está atento aos impactos e vai cobrar ajustes no texto. “Temos um grupo de trabalho em Brasília, junto com a bancada, com a Frente Parlamentar, com a Confedera o Nacional da Agricultura, mostrando que se uma reforma não for boa para o Brasil poderá repercutir seriamente nos resultados do setor do agronegócio brasileiro”, pontua Vieira.

---

Fonte: *Tribuna do Norte*

## **Balança comercial do agronegócio deve repetir superávits**

*Bom desempenho fora da porteira aponta para a continuidade de superávits, apesar da queda de preços agrícolas no mercado internacional*

Superavit ria desde 1997, a balança comercial do agronegócio deve repetir o feito neste ano, com produtos como algodão, a u ar e carnes se-

guindo em grandes quantidades, sobretudo para a Ásia. No ano passado, o valor da exporta o dos produtos agropecuários atingiu o pico de US\$ 166 bilhões, o que representou um recorde de 49% de participa o do agro na balança comercial brasileira. O superávit crescente a cada safra ajuda a equilibrar o déficit estrutural na conta de serviços, que impacta as transac es correntes entre o Brasil e o

exterior, e favorece o mercado cambial com a entrada de dólares.

Para o pesquisador Felipe Serigati, da FGV Agro, o saldo de 2024 ainda é questão em aberto, mas os volumes devem surpreender mais uma vez. “Temos que olhar também para a agroindústria, que tem registrado números muito interessantes. No acumulado do ano, com exceção dos insumos agropecuários, o crescimento das exportações foi generalizado entre vários segmentos, como alimentos e bebidas”, observa. “O bom desempenho fora da porteira acontece porque a agroindústria conseguiu se inserir nas cadeias globais de valor”, emenda. Sobre a queda nos preços globais agrícolas, Serigati acredita que representa uma volta aos valores habituais da pré-pandemia.

Líder da pauta, o complexo soja é exemplo de produto que sofre queda de preço, com reflexos nos valores da exportação e no ânimo dos produtores em plantar. O consultor Carlos Cogo, da Cogo Inteligência em Agronegócio, diz que a produção da oleaginosa foi prejudicada na safra atual e os números mais fracos irão aparecer somente no segundo semestre. “O El Niño quebrou a safra em vários Estados, o preço em dólar caiu e, então, o produto sofreu um baque duplo: em volume e no valor da tonelada”, comenta. A consultoria estima recuo de 26 milhões de toneladas em soja e milho para este ano. O cereal, cuja área plantada foi menor, está em queda após um momento de bonança: no ano passado, o volume recorde colhido alçou o país à liderança entre seus exportadores. Assim como no caso da soja, a China encabeçou as compras, na ocasião.

A Associação Nacional dos Exportadores de Ce-



Imagem: Claudio Belli/Valor

reis (Anec), que reúne 53 filiais entre grandes tradings, supervisoras e fumigadoras, confirma a previsão de redução nos volumes embarcados de soja e milho. Na conta da entidade, o setor deve fechar o ano com produção de 138 milhões de toneladas desses grãos. “Acho que não vamos repetir o bom resultado do passado tão cedo. Sem nova quebra na Argentina, tem mais soja disponível na praça pressionando os preços”, explica Jean Carlo Budziak, responsável pela área de estatísticas da entidade. Para ele, a exportação de milho também será reduzida no segundo semestre. “A exportação será menor por conta do consumo doméstico mais forte, sem contar que a maior parte do cereal costuma ficar no mercado interno. Além disso, com três plantas de etanol de milho entrando em operação no Mato Grosso e em Goiás, o produto está cobijado”, pondera. De acordo com dados da Anec, dez novas usinas do combustível devem ser inauguradas até 2027.

Fonte: Valor

Para visualizar os informativos anteriores, acesse: [www.mzadvocacia.com.br](http://www.mzadvocacia.com.br)

## Reforma tributária: imposto sobre aluguel para imobiliárias pode dobrar, diz CBIC; veja simulações

*Aumento de carga varia conforme valor cobrado pelo dono do imóvel; Câmara Brasileira da Indústria da Construção, autora do estudo, reivindica redutores maiores para não aumentar taxa-ção do setor*

Estimativas feitas pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) mostram que a reforma tributária pode mais do que dobrar a carga de impostos sobre os aluguéis. Atualmente há incidência de PIS/Cofins em transações desse tipo e, com a reforma, serão cobrados os novos impostos do Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Segundo a entidade, esse cenário de aumento de carga já considera as reduções de alíquota propostas no atual texto de regulamentação da reforma. Os cálculos se referem a transações envolvendo uma pessoa jurídica, como no caso das imobiliárias.

A alíquota não é fixa, porque varia conforme o valor do aluguel. Considerando a cobrança de R\$ 2 mil, atualmente a tributação (3,65% de PIS/Cofins) fica em torno de R\$ 73. Com a reforma, seria de R\$ 169,6, um aumento de 132%. No caso de aluguéis mais baratos, o aumento de carga seria menor. Um aluguel de R\$ 1 mil teria um aumento de imposto de cerca de 74,2%, segundo estimativas do CBIC.

Os cálculos levam em conta a proposta atual, de que exista uma alíquota do IVA com 60% de redução para o setor (10,6%), além de um redutor social, que diminui R\$ 400 do valor do aluguel para a base de cálculo dos impostos. As medidas, porém, são consideradas insuficientes pelo CBIC, que defende uma redução de 80% da alíquota e um aumento do redutor social para R\$ 750.

“Temos otimismo de que iremos conseguir fazer



Foto: Felipe Rau/Estadão

essas alterações no texto. Vamos trabalhar muito para esclarecer isso”, afirma o presidente da CBIC, Renato Correia. Segundo ele, o aumento pode contribuir para um aumento do déficit habitacional e para a informalidade no setor. Isso porque, além do aumento de tributação sobre o valor do aluguel, a entidade aponta para o crescimento de 56,8% na carga tributária para o serviço de administração de imóveis.

No caso de transações envolvendo pessoas físicas, não deve haver cobranças, exceto se o serviço de locação for a atividade preponderante dessa pessoa. “Acho muito difícil saber qual é o limite. A preocupação do governo é legítima, mas se deve buscar um contador mais adequado, que não seja injusto”, afirma Correia.

Como mostrou o Estadão, o setor imobiliário trava uma guerra de números com o governo e a Câmara. A disputa ocorre em razão de uma divergência sobre o impacto do IVA sobre o setor e o preço dos imóveis. O projeto aprovado pela Câmara ainda precisa passar pelo Senado.

“Associações e entidades do mercado imobiliário entendem que os dois redutores de alíquota previstos no texto pela Câmara dos Deputados não

serão suficientes para amenizar a diferença entre a alíquota atual paga pelo setor e a nova que será definida ao fim da reforma”, diz Angel Ardanaz, advogado na Ardanaz Sociedade de Advogados e professor universitário nas disciplinas de Direito Empresarial e Direito Tributário.

De acordo com a CBIC, o valor dos impostos pagos em uma compra ou venda de imóveis pode chegar a 20,9% do custo do bem. Importante destacar que as mudanças não são imediatas.

Ao Estadão, o secretário extraordinário da reforma tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse que o texto aprovado pelos deputados permitiram uma redução de 40% da alíquota-padrão para o setor, ante 20% da proposta original da equipe econômica enviada ao Congresso. Segundo ele, as alterações deixaram a carga tributária em equilíbrio com o regime atual – o IVA não vai incidir sobre compra, venda e aluguel por pessoas físicas.

Appy disse também que há redutores automáticos da base de cálculo do imposto e créditos que serão acumulados ao longo da cadeia e poderão ser abatidos. Por isso, garante que o impacto nos preços chegará a, no máximo, 3,5% para imóveis acima de R\$ 2 milhões; sendo que, nos imóveis populares, na faixa de R\$ 200 mil, haverá queda da ordem de 3,5% nos preços.

Renato Correia, da CBIC, e o presidente do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação ou Administração de Imóveis Residenciais ou Comerciais de São Paulo (Secovi), Ely Wertheim, citam estudos feitos pela Tendências Consultoria e pela FM/Derraik que apontam a necessidade de a redução chegar a 60% da alíquota-padrão do novo IVA - estimada em 26,5% pela proposta da equipe econômica - para manter a carga tributária atual.

“O governo tem sua base de dados, e nós temos a nossa, da vida real, que são as nossas contabilidades e valores praticados efetivamente - além de

dois estudos de duas consultorias renomadas. Não vejo má-fé em nenhuma das partes; é um debate técnico para se encontrar um consenso neste impasse”, afirmou Wertheim.

Construtoras e incorporadoras atualmente podem ser beneficiadas por um Regime Especial de Tributação (RET) que limita em 4% a tributação sobre o faturamento na venda de frações de terreno ou construção de condomínios, considerando os Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) e PIS/Cofins. Com esses tributos, somados ao Imposto Sobre Serviços (ISS), que varia conforme o município e em geral fica em torno de 5%, a carga tributária total chega a 9%.

Mesmo fora do RET, a construção civil recolhe atualmente 3,65% de PIS e Cofins. Com o ISS, a tributação sobre bens e serviços para o segmento chega hoje a, no máximo, 8,65%. Caso o projeto de lei complementar PLP 68/2024 aprovado na Câmara seja mantido pelo Senado, os tributos PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS serão substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que em conjunto terão alíquota total estimada em 26,5%.

#### ‘Termômetro’

Em nota, a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc) sustenta que, para manter a carga tributária atual sobre operações de bens imóveis, seria necessário elevar o redutor de ajuste para 60%, o que “garantiria a competitividade do mercado imobiliário”. A entidade diz que o redutor de ajuste aprovado na reforma tributária desestimula a produção habitacional e impacta “adversamente” os consumidores, refletindo-se “em possíveis aumentos nos preços de imóveis e aluguéis”.

O presidente da Abrainc, Luiz França, afirma que o aumento da carga tributária pode desencadear uma série de efeitos adversos, incluindo

aumento dos custos das obras e, consequentemente, dos preços dos imóveis. “O mercado imobiliário funciona como um termômetro da economia. Qualquer aumento na carga tributária pode resultar em desestímulo a novos investimentos, impactando diretamente os consumidores finais, que enfrentarão preços mais altos para comprar ou alugar imóveis”, afirma.

A Abrainc afirma que “as alterações sugeridas no redutor de ajuste podem trazer impactos negativos significativos para o setor imobiliário, um dos maiores geradores de empregos do País”. Lembra

que a indústria da construção civil e incorporação imobiliária representa 7% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e emprega mais de 2,9 milhões de trabalhadores formais. Só em maio, criou 18.149 vagas formais com carteira assinada, sendo o terceiro maior gerador de empregos no mês, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), e no acumulado do ano mais de 159 mil, “representando 15% do total de vagas criadas”.

---

**Fonte: Terra**



MZ·ADVOCACIA<sup>®</sup>

**PELOTAS**

Rua Menna Barreto, 391  
Bairro Areal  
CEP 96077-640  
53.3025.3770  
pelotas@mzadvocacia.com.br

**RIO GRANDE**

Praça Xavier Ferreira, 430, Conj. 303  
Bairro Centro  
CEP 96200-590  
53.3035.2770  
riogrande@mzadvocacia.com.br

**PORTO ALEGRE**

Av. Getúlio Vargas, 1157, Conj. 1010  
Bairro Menino Deus  
CEP 90150-001  
51.3516.1584  
portoalegre@mzadvocacia.com.br